

GREVE DE 2004

Consun acata recurso dos funcionários

A sessão ordinária do Conselho Universitário de 27/9 decidiu dar provimento ao recurso dos funcionários, que reivindicava o não-desconto dos dias parados durante a greve de 2004 (veja íntegra do texto nesta edição).

A princípio, o parecer da professora Cibelle Rodrigues encaminhava apenas para o diálogo entre as duas partes, mas ao final a diretora do Centro de Ciências Médicas e Biológicas decidiu modificá-lo, em função de mudanças conjunturais, agregando ao texto o acolhimento do recurso dos funcionários.

No início da semana, uma comissão dos representantes de funcionários do Consun já havia conversado com a Fundação São Paulo, que, num diálogo tenso, prometeram apenas reverter o tipo de desconto proposto anteriormente: ao invés de 60% em dinheiro e 40% em horas repostas, os funcionários devolveriam 40% em dinheiro, repondo 60%.



FABIONASSIF

Anselmo Antonio da Silva, presidente da AFAPUC, manifesta-se no Consun

Longa discussão

O debate durou algumas horas e apresentou posições bem definidas. A reitora Maura Vêras, que ao início sustentava que a Reitoria vinha negociando com a Fundação, ao final declarou inequivocamente a posição dos gestores: “a proposta do desconto foi da Reitoria. Entendemos que toda ação tem conseqüências. Houve, por parte dos funcionários, uma banalização da greve”.

Rebatendo esse argumento, a professora Ana Bock lembrou que a Reitoria, ao tentar proceder aos descontos, deixava clara a sua intenção de constranger o movimento dos funcionários.

Já o professor Dirceu de Mello foi mais incisivo: “estamos diante de um ato de autoritarismo. Ao descontar os dias parados, a secretaria da Fundação São Paulo toma uma posição de intransigência e insensibilidade gritante, pois os estatutos da própria Fundação foram violados duas vezes”.

Já a professora Madalena Peixoto relembrou a greve de 1992, que durou 60 dias e retomou a autonomia da universidade: “uma universidade viva tem que ter movimentos”.

Ao final de uma tumultuada votação, ficou acertado que seria dado provimento ao recurso, com o encaminhamento de um diálogo entre a Fundação São Paulo, uma comissão do Consun e a AFAPUC. Uma primeira reunião deve acontecer nesta segunda-feira, 2/10.

Eleições e crise

As eleições de 1.º de outubro ocorreram em clima de ampla crise política. O dossiê Vedoin reacendeu a posição de impedimento do governo Lula. Quando o escândalo do mensalão havia ficado para trás e o escândalo da sanguessuga tomado seu lugar – com a diferença de mostrar o comprometimento de todos os partidos –, o PT se envolveu na compra de informações sobre a corrupção do PSDB. A grande imprensa, que funciona como partido – neste caso como porta-voz do PSDB/PFL – pôde ampliar a crise e recompor o quadro anterior de ameaça de impedimento de Lula a um segundo mandato.

As provas de envolvimento do governo FHC com a quadrilha da família Vedoin são visíveis. Os dados contra o Ministério da Saúde de José Serra, envolvendo o secretário executivo Barjas Negri, ficaram soterrados pela campanha da imprensa, que se dedicou exclusivamente a apresentar a compra do dossiê e a caracterizar crime eleitoral. O episódio desastrado dos Vedoins e dos petistas tornou-se mais importante que a revelação do ninho que abriga os falsificadores e ladrões do cofre público.

A disputa eleitoral se sobrepôs à podridão; PSDB e PFL (também a candidata da Frente PSOL/PSTU/PCB) aproveitaram-se dela para tentar reverter sua derrota renunciada já para o 1.º turno. Tudo indica que PSDB e PFL não terão êxito. Mas a vitória de Lula se dará num terreno completamente minado pela corrupção e pelas bombas plantadas pela coligação PSDB/PFL.

A espada de Dâmocles foi pendurada sobre a cabeça de Lula – a guilhotina parece ser arma do passado.

A OAB que também funciona como partido político: conforme a situação, re-anunciou a intenção do *impeachment*. Lembremos que seu presidente tentou essa via no caso Valério/Delúbio. A espada foi alçada nesse momento. A intenção agora é fazer com que o Tribunal Superior Eleitoral casse a vitória do caudilho e não lhe permita um segundo mandato, como dizem, caso se comprove o envolvimento do Presidente com o dossiê.

As massas exploradas pouco se importaram com a luta intestina ao Estado. A classe média sim, esta acredita que a corrupção é um fenômeno ampliado pelo PT, como foi apresentado pelos seus acusadores. Não se dá conta de que as negociatas e todo tipo de jogatina são inerentes ao Estado burguês. O PT e seu governo não fizeram senão comer do mel já pronto. Acabaram quebrando alguns potes e lambuzaram-se em demasia. Como entraram de forasteiros, não puderam contar com a complacência e o acobertamento das instituições estatais (Justiça, parlamento) e paraestatais, que abrigam os poderes da velha e da nova oligarquia.

As massas exploradas e famintas nada têm a ver com as fossas e os esgotos da política burguesa. São arrastadas por detrás delas, porquanto não têm independência política e organizativa. As experiências devem servir de lição para se conquistar a independência de classe dos explorados frente aos exploradores. A classe operária terá de construir um partido próprio, programático e fiel aos princípios do socialismo.

Ersen Martins de Oliveira,
Diretor da Apropuc.

O recurso dos funcionários acatado pelo Consun

Vimos pela presente apresentar a este egrégio conselho recurso face o abaixo exposto:

Em fevereiro de 2004, os funcionários iniciaram negociações referentes à campanha salarial através da Associação de Funcionários Administrativos da PUC (AFAPUC), com a Reitoria na gestão do professor Antonio Carlos Caruso Ronca, a partir de indicativos deliberados em assembléia geral da categoria.

As rodadas de negociação aconteceram de forma exaustiva, durante os meses de fevereiro a junho, tendo ocorrido durante essas reuniões todas as tentativas possíveis de se chegar a bom termo entre as partes.

Em assembléia ocorrida dia 11 de junho de 2004, os funcionários decidiram entrar em greve a partir do dia 17 de junho, buscando cumprir o ritual que a lei de greve orienta, e também na expectativa de que naquele período conseguíssemos um avanço nas negociações – o que acabou não acontecendo. Sendo assim, a greve se iniciou dia 17 de junho, às 16h, tendo permanecido até o dia 7 de julho de 2004.

Durante o período de greve, foi deliberado por assembléia entrar com ação na Justiça, que a direção da AFAPUC encaminhou.

O julgamento da ação na Justiça deu ganho de causa aos trabalhadores, e imediatamente a greve foi encerrada.

Ao final da greve, como é prática de todo movimento grevista, aconteceu uma negociação com a Reitoria com relação aos dias de greve, cuja decisão final foi o não desconto dos dias parados, até porque os funcionários trabalharam dobrado no retorno da greve, para colocar em dia os serviços

que ficaram parados em função da mesma.

A universidade entrou com recurso da sentença na Justiça, tendo conseguido reverter a decisão.

A partir deste momento, a atual Reitoria, em reunião com a AFAPUC, informou que iria proceder ao desconto dos dias parados da referida greve, situação esta que levou a AFAPUC a questionar estes descontos, pois, para os funcionários, esta era uma situação já acordada com a Reitoria anterior, na ocasião do final da greve.

Após várias reuniões, a decisão final da Reitoria foi encaminhar esta situação da seguinte forma: compensação de 8 dias (40%), descontos de 12 dias (60%) em três parcelas.

Considerando que sempre foi prática nesta universidade uma Reitoria respeitar as decisões políticas de gestores anteriores;

Considerando que a PUC é uma universidade comunitária e sempre se pautou pela defesa dos direitos humanos, promovendo uma educação humanista e de qualidade, comprometida com a inclusão social contribuindo assim para a construção de uma sociedade justa e igualitária;

Considerando a PUC, uma universidade democrática, que tem no bojo de sua história o respeito pela luta dos trabalhadores na obtenção de seus direitos, que lhes proporcione uma melhor qualidade de vida e de trabalho;

Acreditando no senso de justiça que permeia este egrégio conselho, vimos pela presente solicitar que os funcionários possam pagar todos os dias de greve através de compensação, a partir de um calendário elaborado entre as chefias e os funcionários.

PUCviva

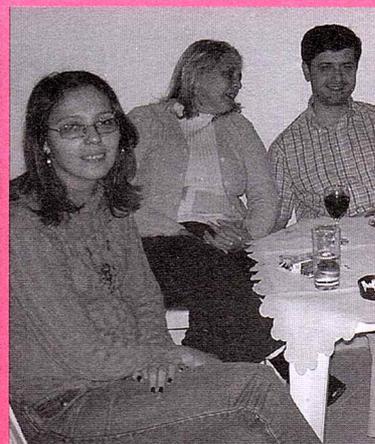
Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos e Pedro Nogueira. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. Fone: 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

APROPUC 30 ANOS, DE CASA NOVA

A APROPUC comemorou o seu 30º aniversário em alto estilo. Uma festa reuniu a comunidade puquiana no novo espaço da entidade, com música e bom papo até a madrugada. Nesta página reproduzimos momentos dessa festa.



Acima, o conjunto de samba e choro Nô na Madeira; à direita, a presença da funcionária Helena Borges e dos professores de Direito



FOTOS DE JULIA CHEQUER



FOTOS: JULIA CHEQUER



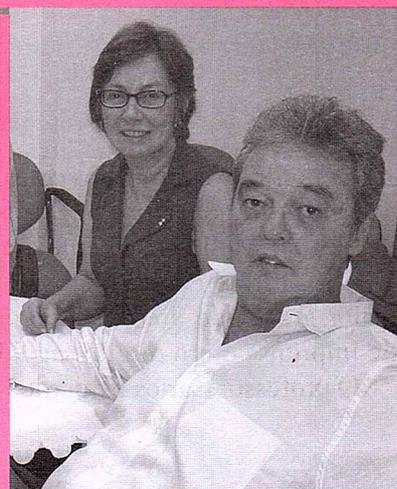
À esquerda, a homenagem da diretoria da APROPUC ao professor Nicola Centrone, que deu nome ao auditório da entidade; acima, as professoras da Psicologia Sandra Sanchez e Maria da Graça Gonçalves



À esquerda, a professora Olda Morbin dá uma "canja"; ao centro, a presença dos professores da FEA; à direita, a alegre mesa do Serviço Social



A festa terminou com uma roda de samba animada pelo aluno e compositor Caio Bassit; à direita, a presença da professora Ana Salles e do professor Jorge Claudio Ribeiro



PUCviva sofre acusações nos conselhos superiores

Ao abrir a mais recente reunião do Conselho Universitário (Consun), em 27/9, a reitora Maura Vêras comentou longamente o episódio das denúncias envolvendo dois professores do câmpus Marquês de Paranaguá. Após historiar o caso, desde o recebimento das denúncias até a instauração da sindicância, Maura lamentou que as informações chegassem à imprensa e à Fapesp. “A exposição da instituição na mídia é péssima”, disse a reitora, referindo-se à publicação de matéria em nossa edição anterior. Maura lembrou também que cada professor deve estar atento para apurar possíveis irregularidades em seu currículo, e que os casos ora sindicados não são os únicos na universidade, já havendo registros de outros que foram apurados sem a mesma exposição.

Considerando o problema como “constrangedor”, a conselheira Madalena Peixoto afirmou que o diretor de Centro agiu de forma correta ao encaminhar as denúncias, mas deplorou a forma como os fatos foram tratados pelo *PUCviva*: “não entendo como uma associação de professores pode colocar um grupo de professores contra outro”.

No mesmo sentido, a professora Anna Maria Marques Cintra, da pós-graduação, lamentou que a divulgação ocorra num momento em que acontecem as inscrições no pós e às vésperas das inscrições no vestibular.

Liberdade de expressão

Em sentido contrário às censuras de parte do conselho, o professor Dirceu de Mello, da Faculdade de Direito, afirmou que os fatos são da maior gravidade, mas “a liberdade de imprensa é um direito sagrado”.

O professor Carlos Eduardo Car-

valho lamentou o estado de impunidade em que o país vive, e seus reflexos dentro da universidade. Citando um exemplo por ele vivido em seu programa, denunciou a banalização da fraude. “Esses fatos são lamentáveis e espero que se tire deles uma lição. Se as denúncias procederem, deve haver punição correspondente à gravidade dos fatos”.

O professor Luiz Carlos de Campos, diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, lembrou o trajeto cumprido pelo relatório sobre as irregularidades. O professor manifestou a sua estranheza pelo fato de a sindicância só ser instaurada em 12/9, um mês após o envio dos documentos. Luiz Carlos fez questão de salientar, contrariando a fala da reitora, que a Fapesp somente soube da situação através de denúncias de outras pessoas, e não pela direção do Centro. O professor citou uma fala da vice-reitora acadêmica Bader Sawaia durante debate no câmpus Marquês de Paranaguá, segundo a

qual cerca de 50% dos professores da PUC-SP apresentam alguma forma de irregularidade em seus currículos Lattes.

Críticas constantes

As críticas apresentadas pela Reitoria, tanto no Consun quanto no Cepe (veja nota nesta página), não são novas. Por várias vezes a reitora tem se referido, de maneira indireta, a possíveis danos causados à imagem da universidade pela divulgação de notícias no *PUCviva*.

É cada vez mais difícil para nossos jornalistas a obtenção de notícias junto a fontes da Reitoria. Não deixa de ser interessante notar que três dos quatro estudantes que hoje prestam serviços ao *PUCviva* estão sofrendo processos sindicantes por parte da Reitoria, mesmo sabendo-se que suas participações na ocupação do Setal e do ato em frente ao Tuca aconteceram no cumprimento de suas funções jornalísticas.

A carta do Cepe às associações

À APROPUC e AFAPUC
e Editoria do *PUCviva*

O Cepe, em reunião de 27/09/06, deliberou por posicionar-se em relação à matéria: *Denunciadas irregularidades no currículo lattes de professores*, publicada em 25/09/06 pelo jornal *PUCviva*.

Este conselho considera inaceitável qualquer tipo de censura à liberdade de expressão e de imprensa e, por isso mesmo, assume como imperativo que o exercício desses direitos precisa ser realizado de modo prudente e responsável.

Sendo assim, considera descuidada e inoportuna a publicação da

referida matéria, que expõe professores, fomentando a intaquilidade em questão delicada, para a qual, recentemente, foi instaurada Comissão de Sindicância pela universidade. Além disso, as repercussões na grande imprensa apontam já para possíveis efeitos nocivos em termos da imagem da universidade e de seu corpo docente.

Por fim, deplorando o ocorrido, solicita ao jornal e às entidades responsáveis por sua publicação, que possíveis novas situações como esta mereçam maiores cuidados e parcimônia.

Conselho de Ensino e Pesquisa da
PUC-SP

Professores citados nas denúncias preferem não falar agora

O *PUCviva* procurou os dois professores citados no relatório do Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, para que suas versões fossem divulgadas. Um deles, depois de dar sua versão por telefone na segunda-feira, 25/9, solicitou na quinta-feira, 28/9, que no momento nada fosse transcrito.

Outro professor citado, após contato telefônico com o jornal, prontificou-se a conversar com nossa redação em dia e local por ele escolhido, junto com todo o seu grupo.

No dia marcado, o professor compareceu e comunicou ao editor do jornal que ele e seu grupo somente vão se manifestar quando a sindicância estiver concluída.

O *PUCviva* renova o seu oferecimento de espaço para que os professores possam expor as suas versões do ocorrido.

Por outro lado o sr. Fernando Cunha, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fapesp, também foi ouvido pelo jornal, declarando que a instituição tomou contato com as denúncias e deixou a cargo da PUC-SP a apuração das mesmas. A informação é contrária às afirmações da reitora no Consun, segundo as quais a Fapesp já havia instaurado um processo de investigação.

Tecnologia e Mídias Digitais

Na semana passada, o câmpus Marquês também esteve agitado em razão da discussão sobre a situação do curso de Tecnologia e Mídias Digitais. Pela Portaria baixada pelo MEC, somente poderiam receber diplomas os alunos formados até 2007. A vice-reitora Bader Sawaia, num encontro tenso, com cerca de 300 estudantes, em que fez questão de desvincular as denúncias do não reconhecimento do curso, disse que man-

O que pretende a Reitoria com as críticas ao *PUCviva*?

As diretorias da APROPUC e da AFAPUC, bem como o corpo editorial do *PUCviva*, durante esses 13 anos de existência do jornal, sempre se pautaram pela defesa incondicional de uma universidade de qualidade. Uma PUC-SP grande e que preservasse seus valores acadêmicos e democráticos.

No entanto, por várias vezes nestes últimos dois anos, deparamo-nos com críticas da Reitoria sobre a maneira como retratamos em nossas páginas o cotidiano da universidade. Constantemente somos acusados de transmitir uma idéia deturpada da PUC-SP.

Na presente divulgação dos fatos acontecidos no campus Marquês de Paranaguá, os comentários no Conselho Universitário e no Cepe tomaram proporção inusitada, tendo os gestores da universidade responsabilizado o *PUCviva* por tudo o que de negativo vem sendo noticiado na imprensa.

Em primeiro lugar, gostaríamos de lembrar que a cobertura feita na nossa edição 591 só foi realizada após 1) o anúncio da sindicância por parte da Reitoria; 2) o assunto ser exposto na Internet e ser do conhecimento de boa parte da comunidade, 3) ampla investigação por parte de nossa equipe, 4) garantia de que o nome dos acusados não fosse mencionado e 5) sendo garantido ao citados, como de praxe, pleno direito de resposta. Note-se que "cuidado e parcimônia" sempre foram nossos objetivos, já que esta é uma das principais exigências de nosso público leitor. Por outro lado essa mesma parcimônia foi "esquecida" quando, em sua edição de junho/

julho de 2006, o *Jornal PUCSP*, antes mesmo do início de um processo sindicante contra alunos que participaram do ato em frente ao Tuca, comparou, em editorial, os estudantes com as hordas nazistas que queimaram livros na década de 30.

Sabemos também claramente que a indústria cultural apropria-se, muitas vezes de maneira inescrupulosa, de determinados conteúdos informativos. Também temos a consciência, porém, de que a gravidade da situação e as cobranças da própria comunidade leitora de nosso jornal obrigaram-nos a tal atitude. Entendemos que uma sindicância que apura acusações de tamanha gravidade deve ser clara e inequívoca em seus resultados, não podendo acobertar nenhum fato.

Infelizmente, quando o jornal de uma entidade, de alguma maneira, é cerceado em seu direito de informar, isso é um claro sinal de que outras formas de repressão podem acontecer.

Um grande intelectual e jornalista de nossa época, Millor Fernandes, afirmou certa vez que jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados. E nós acrescentamos que uma universidade que se ergue às custas do encobrimento de suas contradições não é digna deste nome. Infelizmente, não pudemos nos calar diante do que aconteceu e, se quisermos manter esta PUC viva, como a senhora reitora também defende, continuaremos com este nosso jeito de ser, pois, como diria Chico Buarque, "enquanto eu puder cantar, alguém vai ter que me ouvir".

A Redação

teve contatos telefônicos com o MEC e que foi informada de que era praxe validar cursos somente por um ano, e que seria prudente não oferecer novas vagas.

A professora admitiu que o reconhecimento do curso é uma tare-

fa difícil, mas declarou que vai se empenhar para provar que o curso deve ter validade. Como solução alternativa, também levantou-se a hipótese de os alunos de Tecnologias e Mídias frequentarem outros cursos afins.

Manifesto pela qualidade na implantação do ensino do Espanhol na Rede Pública do Estado de São Paulo

A Seesp (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), em parceria com o Banco Santander/Portal Universia e com o Instituto Cervantes, está implantando um projeto conjunto para capacitar professores vinculados à rede estadual de ensino para ministrarem aulas de Espanhol, independentemente de sua área de atuação, desde que possuam uma licenciatura, qualquer que ela seja. Tal projeto, denominado OYE, *Espanhol para professores*, supõe a realização de um curso inteiramente à distância, com carga horária total de 600 horas, que inclui a “aprendizagem” da língua estrangeira, sem maior reflexão, e tópicos relacionados à metodologia.

O projeto, idealizado para “capacitar” 45 mil “professores de Espanhol” em dois anos, teria início já em outubro deste ano e atingiria, nesta primeira fase, 2 mil professores da rede. As justificativas para sua implantação relacionam-se às necessidades criadas pela lei n.º 11.161, que dispõe sobre a obrigatoriedade da oferta do Espanhol nas escolas de Ensino Médio e, eventualmente, no Ensino Fundamental, da 5.ª à 8.ª série.

Segundo se lê no portal da Seesp (<http://www.educacao.sp.gov.br/base.asp>), assim como em versões anteriores do projeto, às quais tivemos acesso por via eletrônica e por cópia em papel, essa especialização seria “certificada” por instituições de ensino superior, às quais caberia apenas a função de intermediar o processo, mediante a indicação de tutores e monitores. Com esse projeto, o Estado delega a duas instituições estrangeiras (um banco e um órgão governamental espanhol de difusão da língua espanhola) a função estratégica de formar pro-

IV Congresso da Associação Brasileira de Hispanistas

Professores e alunos do Curso de Letras-Espanhol da PUC-SP participaram do IV Congresso da Associação Brasileira de Hispanistas, no Rio de Janeiro, entre os dias 3 e 6 de setembro, cuja abertura esteve a cargo do escritor uruguaio Eduardo Galeano.

Os professores Danielle Toledo Pereira, Ivan Rodrigues Martin, Margareth dos Santos e Mônica Ferreira Mayrink O'kuinghttons, do Departamento de Linguística, apresentaram trabalhos neste evento científico que reuniu cerca de mil participantes de universidades brasileiras e es-

trangeiras. Motivados pelos professores, oito alunos do Curso de Letras - Espanhol da PUC-SP também marcaram presença e tiveram a oportunidade de conhecer trabalhos de pesquisadores de renome da comunidade hispânica.

Além de questões eminentemente acadêmicas, estiveram em pauta também as questões políticas relacionadas à formação de professores de espanhol neste novo contexto em que as escolas de Ensino Médio deverão obrigatoriamente oferecer a disciplina Língua Espanhola aos seus alunos.

fessores para atuarem no Ensino Médio, o qual, segundo os Parâmetros Curriculares do Ensino Médio, tem um papel fundamental na constituição da cidadania dos estudantes que o cursam.

Ao mesmo tempo, o projeto desconsidera a experiência, a competência e toda a pesquisa desenvolvida nas universidades públicas brasileiras, financiadas pelos cofres públicos, e não leva em consideração o fato de haver, no Estado de São Paulo, inúmeras instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, que formam professores de Espanhol atendendo às exigências legais determinadas pelo MEC para esse fim. Vale lembrar que hoje, no Brasil, um curso de licenciatura deve ser composto por um mínimo de 2.800 horas, das quais somente 20% podem ser oferecidas na modalidade semipresencial. Além dessa exigência quantitativa, também há uma

série de outras exigências que as instituições de ensino devem atender para formar professores, como por exemplo a titulação do corpo docente, a produção acadêmica de professores e estudantes, a disposição de acervo específico em suas bibliotecas, etc.

Esta atitude “apressada” – que atende a um argumento de urgência que não se sustenta completamente e que não pode se sobrepor ao de qualidade – levada a cabo pela Seesp contribui, ainda, para a criação de duas categorias de professores: a dos formados de acordo com as exigências legais, em cursos de 2.800 horas, avaliados constantemente pelo Poder Público, e a dos formados à distância, num curso de 600 horas on-line, operado por um banco, representado pelo seu portal na Internet, e um Instituto de Idiomas.

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

A escola pública ficará necessariamente com estes últimos. Aos seriamente formados, em grande parte graças ao dinheiro público, que ainda não atuam na rede estadual, restará trabalhar na escola privada, em detrimento da pública.

Pelos motivos expostos anteriormente, nós, professores de Espanhol, de diferentes níveis e modalidades de ensino, vinculados a instituições públicas ou privadas, manifestamos nosso total desacordo em relação ao referido projeto, que afetaria sobremaneira a qualidade do ensino das escolas públicas. Por isso, exigimos do poder público que:

- ✓ suspenda imediatamente o início desse curso;
- ✓ atenda às exigências legais para a formação de professores de Espanhol;
- ✓ abra concurso para contratação de professores de Espanhol para a rede oficial de ensino do Estado de São Paulo;
- ✓ abra concursos para professores de Espanhol nas universidades públicas, a fim de ampliar o número de vagas nas instituições que já formam professores de Espanhol;
- ✓ sejam implantados novos cursos de formação de professores de Espanhol nas universidades públicas que não oferecem essa habilitação;
- ✓ sejam convocadas as entidades e profissionais competentes para essa missão, a fim de elaborarem um projeto de formação de professores de Espanhol que esteja de acordo com os parâmetros de qualidade necessários e que atenda às exigências legais estabelecidas para a formação de professores para a rede pública e particular de ensino.

Assinam este manifesto cerca de 300 professores e estudantes de Espanhol de todo país

Para assinar este manifesto, envie uma mensagem com seus dados (nome completo, RG, instituição a que está vinculado e situação acadêmica) para manifestoespanhol@uol.com.br.

Reunião aberta dos professores

Discussão sobre encaminhamentos da Reforma Estatutária

5/10

quinta-feira

das 17 às 18h30

**Local: Nova sede da APROPUC
Rua Bartira, 407**

Assembléia dos funcionários

6/10

sexta-feira

14h - sala a confirmar

✓ **Greve de 2004**

Rola na rampa

Consun delibera número mínimo de alunos por sala

Na reunião do Consun de 27/9 também foi aprovado o número de 25 alunos como patamar mínimo para abertura de uma nova turma. Ficou acertado, porém, que os cursos que tiverem entre 20 e 25 alunos terão seus casos estudados. A controladoria fez um estudo e determinou como 31 o ponto de equilíbrio médio, em toda a universidade, para que um curso possa funcionar sem registrar prejuízos em suas contas. O Consun deliberou por um patamar que ficasse entre os 20 alunos aprovados no ano passado e os 31, média real verificada no estudo.

Novas mostras na Videoteca

A Videoteca da PUC-SP inaugura nesta semana duas novas mostras: *Diretores da Nuberu Bagu* e *Um olhar sobre o documentário brasileiro*. A primeira vai apresentar, às segundas-feiras, filmes da *nouvelle vague* japonesa, começando já em 2/10, com *A balada de Na-rayama*, às 12h, e *Tabu*, às 17h. Na terça-feira, 3/10, a mostra sobre documentários brasileiros vai exibir Curtas de Humberto Mauro, às 12h, e três obras às 17h: *Caso Norte* e *Retrato de classe*, produzidas para o Globo Repórter, e *Maioria absoluta*, de Leon Hirzman.

Cinco estrelas para o Serviço Social

A Faculdade de Serviço Social da PUC-SP recebeu certificado do Guia do Estudante da Editora Abril, concedendo nota máxima ao curso: cinco estrelas. O conceito resultou da Pesquisa Anual de Avaliação dos Cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior do Brasil – 2006.

Reunião discute reforma do estatuto

A professora Ana Bock, do Departamento de Psicologia, convidou seus representados do Centro de Ciências Humanas, professores, chefes de departamento e coordenadores de curso, para discutir o que havia sido apresentado no Consun (Conselho Universitário) até então, relacionado ao TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), reforma do estatuto da Fundação e a própria mudança estatutária da PUC-SP. A professora começou citando uma frase do vice-reitor comunitário, João Décio, em que ele dizia que “o estatuto da Fundação irá respingar no nosso”. Ao apresentar também o diagnóstico de oportunidades e ameaças enco-

mendado pela Reitoria, ela supôs haver certa consonância entres os dois modelos de estatuto: o da Fundação e o da Reitoria. Neste contexto, conclui, a vinda do TAC não poderia ser mais oportuna e provavelmente veio a chamado de alguém destes grupos. Alguns professores questionaram a informação, e outros mostraram desconhecimento acerca do TAC e do Ministério Público. Após alguma discussão, chegou-se à conclusão de que mudanças no estatuto seriam necessárias para aperfeiçoar o funcionamento da PUC-SP, mas Ana Bock considerou que “sob a batuta da atual reitora, não. A não ser que ela me convencesse do contrário”.

1º Seminário Internacional Cepal

Na quarta-feira, 4/10, o Centro Acadêmico Leão XIII e o Departamento de Economia realizam o 1.º Seminário Internacional Cepal, com o tema *Desafios na América Latina*. O seminário será composto por dois debates, ambos na sala 333. O primeiro, sobre *Opensamento cepalino e a sua evolução frente ao desenvolvimento econômico*, será realizado às 9h. O segundo, sobre as *Principais reformas macroeconômicas na América Latina – Anos 90-2005*, será às 19h30.

Estudante do Jornalismo é finalista em concurso

Na semana passada, a estudante Camila Rodrigues Vasconcellos, do 4.º ano de Jornalismo da PUC-SP, conquistou a classificação para a última fase do 1.º Prêmio Banco Real Jovem Jornalista. Assim como os demais classificados, Camila teve sua matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*. O prêmio oferecerá ao vencedor, no fim do ano, uma bolsa de estudos na Faculdade de Comunicação da Universidade de Navarra, em Pamplona, Espanha.